

CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO ASSIS GURGACZ
IZENÍ MATIAS TEODORO DA SILVA

JORNALISMO INVESTIGATIVO E DITADURA CIVIL-MILITAR: UMA ANÁLISE DO
LIVRO *CATIVEIRO SEM FIM*, DE EDUARDO REINA

CASCADEL-PR

2023

CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO ASSIS GURGACZ
IZENÍ MATIAS TEODORO DA SILVA

JORNALISMO INVESTIGATIVO E DITADURA CIVIL-MILITAR: UMA ANÁLISE DO
LIVRO *CATIVEIRO SEM FIM*, DE EDUARDO REINA

Trabalho apresentado como requisito parcial para conclusão da disciplina TCC 2 – Artigo, do curso de Jornalismo do Centro Universitário da Fundação Assis Gurgacz.

Orientador: Prof. Gustavo dos Santos

CASCADEL-PR
2023

JORNALISMO INVESTIGATIVO E DITADURA CIVIL-MILITAR: UMA ANÁLISE DO LIVRO *CATIVEIRO SEM FIM*, DE EDUARDO REINA

Izení Matias Teodoro da Silva¹

Gustavo dos Santos Prado².

RESUMO

O artigo analisa a prática do jornalismo investigativo no livro *Cativeiro sem fim*, do jornalista Eduardo Reina, visando apontar a forma que o autor utilizou dessa prática e a maneira que ele construiu sua narrativa investigativa. O livro aborda o sequestro de crianças e adolescentes durante a Ditadura Militar no Brasil, um período marcado pela repressão e pela ocultação de informações. A fundamentação teórica está embasada entre a Ditadura Militar, o jornalismo investigativo e o papel das hipóteses na investigação jornalística. Em seguida, apresenta uma análise do livro *Cativeiro sem fim*, destacando a profundidade da pesquisa do autor e a importância do trabalho para a sociedade. Conclui-se a pesquisa, tendo visto que o livro *Cativeiro sem fim* é um exemplo de jornalismo investigativo de qualidade, que contribui para a compreensão de um período obscuro da história brasileira.

Palavras-chave: Jornalismo Investigativo; Ditadura Civil-militar; *Cativeiro sem fim*; Análise de conteúdo.

1 INTRODUÇÃO

O trabalho analisa a prática do jornalismo investigativo, que o jornalista Eduardo Reina realizou em sua obra, o livro *Cativeiro sem fim*. Para levantamento inicial da pesquisa, foi abordado na fundamentação teórica o ponto inicial sobre a Ditadura Civil-militar, conceituando os períodos em que o Brasil passou pela opressão, destacando suas especificidades e os impactos sobre a sociedade.

Com foco especial no papel do jornalismo investigativo, fazendo um contraste com o jornalismo convencional. Para isso, o jornalismo investigativo é ilustrado como uma análise criteriosa, baseada em citações de autores que trazem embasamento para o trabalho. A pesquisa também explora o papel das hipóteses na investigação jornalística, delineando como essas suposições guiam a coleta de informações e a identificação de fontes e documentos relevantes.

A obra *Cativeiro sem fim* se destacou em meio acadêmico e ganhou grandes visualizações, pela história que tem abordado. Esta foi utilizada como objeto

¹ Acadêmica Izení Matias Teodoro da Silva do 8. Período do Curso de Jornalismo do Centro Universitário da Fundação Assis Gurgacz. E-mail: imtsilva@minha.fag.edu.br

² Graduado em História pela Universidade Estadual Paulista. Mestre e Doutor em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professor orientador e coordenador da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso. E-mail: gspgustavo.historia@hotmail.com

principal para desenvolvimento deste artigo. O livro é destacado evidenciando a profundidade da pesquisa do autor sobre casos de sequestros durante a Ditadura Militar no Brasil, fornecendo um olhar investigativo sobre um período obscuro da história brasileira.

O método utilizado na pesquisa se refere à análise de conteúdo, conforme delineada por Bardin, que fornece uma base metodológica valiosa para a interpretação e extração de significados de diversos materiais, incluindo materiais jornalísticos, relatórios e outros documentos relevantes.

A fundamentação teórica, a seguir, oferece uma compreensão abrangente das práticas do jornalismo investigativo, evidenciando a importância da investigação bem apurada e bem levantada, além do compromisso que o jornalista deve ter com a verdade e a análise criteriosa na produção de narrativas jornalísticas de qualidade.

2 DITADURA CIVIL-MILITAR, JORNALISMO INVESTIGATIVO, *CATIVEIRO SEM FIM* E ANÁLISE DE CONTEÚDO

2.1 DITADURA CIVIL-MILITAR NA AMÉRICA DO SUL

Durante a segunda metade do século passado, houve um grande marco com a proliferação de regimes autoritários em países sul-americanos, como Brasil, Chile e Argentina. Nesses, levando em conta a especificidade de cada região, os militares conduziram golpes que romperam as estruturas constitucionais e institucionais em vigor naquele período (PEREIRA, 2011 *apud* RICHETER, E FARIAS 2019, p. 386).

Enquanto chilenos e argentinos faziam o uso da violência para derrotar oponentes, desrespeitando os direitos humanos, a Ditadura Civil-Militar brasileira adotava abordagens processuais, formalizando rituais e manipulando a ordem legal para favorecer seus interesses, legalizando a censura, repressão e julgamentos tendenciosos (PEREIRA, 2011 *apud* RICHETER, FARIAS 2019, p. 386).

Durante um longo período, as guerras fizeram parte de nações, onde em decorrência destas sofreram diversas torturas.

No Brasil, a tortura contra os presos, na maioria das vezes, por crimes injustos, fez parte da história sombria desde os primórdios, em épocas onde os senhores já utilizavam esses métodos de tortura para castigar seus escravos. (OLIVEIRA, 2011, p. 10)

O período da Ditadura Civil-Militar, termo cunhado pelo cientista social René Armand Dreyfuss (1981), que entende que a Ditadura Militar brasileira teve o apoio da sociedade civil – Ordem dos Advogados, Igreja Católica, meio empresarial e classes médias. Muitas violências e maus tratos foram aplicados aos militantes que de alguma maneira não apoiavam as ações, entre eles, estudantes, jornalistas, etc. Surgindo divergências no decorrer do regime, após o tratamento era de forma agressiva, que acabavam resultando em violentas atitudes, que por diversas vezes ocasionaram mortes (OLIVEIRA, 2011, p. 11).

É evidente a preocupação em manter a segurança interna do país, porém essa mesma segurança é regida por uma doutrina que vai contra os direitos humanos. Com a falta de estrutura, o Estado se torna impune por atos que comete, formalizando assim o triunfo na luta subversiva, com o mesmo triunfo foram criadas instituições oficiais como o DOI-CODI e o DOPS. Segundo Mello (1985 *apud* FREGONEZI, PRIORI 2017, p. 6), esses órgãos tinham a função de vigiar e manter um controle sobre a sociedade.

O golpe de 1964 destruiu grandes organizações políticas e reprimiu muitos movimentos sociais que abrangiam a sociedade como um todo, além de ser saudado pelas classes dominantes e seus criadores e apoiadores. Militares e autoridades norte-americanos uniram-se ao exército brasileiro, com grandes nomes da política, para consolidar o estado autoritário no país. A ameaça comunista, devido ao impacto da Revolução Cubana, serviu para alimentar um imaginário de medo em setores mais conservadores da sociedade brasileira (TOLEDO, 2004, p. 24).

No período em que foi vivenciado o golpe, houve o estancamento da democracia, que era expressa pela demanda da ampliação da cidadania entre os trabalhadores urbanos e rurais. Em decorrência disso, o primeiro triênio para o sindicalismo brasileiro foi marcado por um dos seus momentos de mais intensa atividade. Para demonstração, entre os anos 1958 e 1960, durante o governo JK, ocorreram cerca de 180 greves, e nos três primeiros anos de Goulart foram registradas mais de 430 paralisações (TOLEDO, 2004, p. 19-20).

2.2 JORNALISMO INVESTIGATIVO E O DEVER COM A SOCIEDADE

A prática da investigação jornalística desempenha um papel importante para a sociedade, que segundo Magali Moser (2017), as narrativas podem reforçar

estereótipos e preconceitos, fragilizando as atividades ou desmistificando visões, rompendo ideias pré-concebidas e ressignificando sentidos.

A apuração de informações para uma pesquisa jornalística que tem o viés investigativo é realizada de maneira oposta ao jornalismo convencional, segundo Hunter e Hanson (2013). Todas as informações apuradas no jornalismo convencional do dia a dia dependem inteiramente dos materiais fornecidos pelo público.

Em contrapartida, a realização de uma cobertura jornalística de cunho investigativo, depende intensivamente de materiais reunidos ou gerados a partir da própria iniciativa do repórter. Embora os profissionais possam fazer tanto a cobertura diária quanto o trabalho investigativo ao longo de suas carreiras, os dois papéis exigem habilidades, hábitos de trabalho, processos e objetivos diferentes (HUNTER; HANSON, 2013, p. 8).

Quadro 1 — Pesquisa comparativa entre jornalismo convencional e jornalismo investigativo³

As informações são reunidas e relatadas a um ritmo fixo (diário, semanal, mensal).	As informações não podem ser publicadas até que a sua coerência e completude estejam garantidas.
A pesquisa é completada com rapidez. Não se faz uma pesquisa adicional uma vez que a história esteja completa.	A pesquisa continua até que a história esteja confirmada, e pode continuar após a sua publicação.
A história se baseia em um mínimo necessário de informações e pode ser bastante curta.	A história se baseia no máximo possível de informações e pode ser bastante longa.
As declarações das fontes podem substituir a documentação.	A reportagem requer uma documentação capaz de apoiar ou negar as informações das fontes

Fonte: Elaborado pela autora com base em Hunter e Hanson (2013, p. 9).

Quadro 2 — Relações de fontes

A boa-fé das fontes é presumida, frequentemente sem verificação.	A boa-fé das fontes não pode ser presumida; qualquer fonte pode fornecer informações falsas; nenhuma informação pode ser utilizada sem verificação.
As fontes oficiais fornecem informações ao(à) repórter livremente, para promoverem a si e às suas metas	As informações oficiais são ocultadas do(a) repórter, porque a sua revelação pode comprometer os interesses de autoridades ou instituições.

³ O quadro traz os dois conceitos de apuração jornalística, o convencional e o investigativo, o autor traz as definições em três fases, a pesquisa, relação de fatos e resultados (HUNTER; HANSON, 2013, p. 9).

O(a) repórter deve aceitar a versão oficial da história, ainda que ele ou ela possa contratá-la com comentários ou afirmações de outras fontes.	O(a) repórter pode desafiar ou negar explicitamente a versão oficial de uma história, com base nas informações de fontes independentes.
O(a) repórter dispõe de menos informações do que a maioria das suas fontes	O(a) repórter dispõe de mais informações do que qualquer uma das suas fontes, consideradas individualmente, e demais informações do que a maioria delas em conjunto.
As fontes são quase sempre identificadas.	As fontes frequentemente não podem ser identificadas, em nome de sua segurança.

Fonte: Elaborado pela autora com base em Hunter e Hanson (2013, p. 9).

Quadro 3 — Resultados

A reportagem é vista como um reflexo do mundo, que é aceito assim como ele está dado. O(a) repórter não espera obter resultados além de informar o público.	O(a) repórter se recusa a aceitar o mundo como ele se apresenta. A história visa a penetrar ou expor uma dada situação, para que seja reformada ou denunciada, ou, em certos casos, para que se promova um exemplo de um caminho melhor.
A reportagem não requer um engajamento pessoal por parte do(a) repórter. O(a) repórter busca ser objetivo(a), sem viés ou juízo de valor em relação a qualquer uma das partes envolvidas em uma história.	Sem um engajamento pessoal do(a) repórter, a história nunca será completada. O(a) repórter busca ser justo(a) e escrupuloso(a) em relação aos fatos da história, e com base nisso pode designar as suas vítimas, heróis e malfeitores. O(a) repórter também pode oferecer um juízo de valor ou veredito sobre a história.
A estrutura dramática da reportagem não é de grande importância. A história não precisa ter um final, pois as notícias continuam.	A estrutura dramática da história é essencial para o seu impacto, e leva a uma conclusão que é oferecida pelo(a) repórter ou por uma fonte.
Erros podem ser cometidos pelo(a) repórter, mas eles são inevitáveis e, normalmente, não têm muita importância.	Os erros expõem o(a) repórter a sanções formais e informais, e podem destruir a credibilidade do(a) repórter e do(s) meio(s) de comunicação.

Fonte: Elaborado pela autora com base em Hunter e Hanson (2013, p. 9).

Outro aspecto importante que deve ser levado em consideração no desenvolvimento das práticas jornalísticas é a definição dada por Hunter (2013), onde ele diz que jornalistas investigam para contar histórias, existe algumas demandas que envolvem editores, pois em muitos casos a iniciativa de uma pauta sem uma boa pesquisa pode não ser aprovado pelas redações. Firmando isso, não há como iniciar uma investigação, sem saber se seus resultados estarão certos.

Para isso, o primeiro passo é a coleta e análise de informações, para expor irregularidades ou injustiças. Daí surgem as hipóteses, que são afirmações que podem ser testadas.

O uso de hipóteses na investigação são direcionados para orientar a coleta de informações, elas ajudam os jornalistas a identificar as fontes e os documentos que precisam ser examinados (HUNTER; SENGERS; THORSEN, 2013, p. 16).

O jornalismo investigativo tem como objetivo também reconstruir memórias esquecidas e que foram deixadas de lado (DALMUTH, KLEIN, 2019, p. 2).

Como explicam os autores supracitados, com base nos estudos de Halbwachs (2006 *apud* DALMUTH, KLEIN, 2019, p. 2-3), toda memória é analisada por um meio de visão na perspectiva social, buscando frisar os processos de construção e o caráter seletivo desses meios.

A construção de uma memória individual vem alimentada de outras ideias de indivíduos que estão em seu ambiente, dessa forma, se torna uma memória contaminada. Memórias individuais acabam se convergindo com as coletivas, que geram lembranças e percepções que não são particularmente, a pessoa como um indivíduo único (HALBWACHS, 2006 *apud* DALMUTH, KLEIN, 2019, p. 2-3).

Halbwachs (2006 *apud* DALMUTH, KLEIN, 2019, p. 3) explica que os aspectos que entram em questões que tratam de recordações e lembranças das pessoas só devem ser analisados com a certeza e precisão total do contexto social em que elas foram desenvolvidas e geradas naquele ser.

Hoje, para formulação e a boa produção de um conteúdo investigativo, existem meios que facilitam esse trabalho dos profissionais dessa área. A Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) mantém um sistema virtual, em que são fornecidas informações e retransmite a divulgação de notícias de cunho investigativo (FORTES, 2005, p. 24).

Fundada em 2002, seguindo o exemplo de organizações semelhantes em países como Estados Unidos e Filipinas, os objetivos da ABRAJI são incentivar e fortalecer o jornalismo investigativo, disseminar informações sobre o assunto entre jornalistas e estudantes de comunicação e promover discussões sobre o tema (FORTES, 2005, p. 24).

2.3 CATIVEIRO SEM FIM: REVELANDO AS HISTÓRIAS APAGADAS PELA DITADURA MILITAR

A obra escrita por Eduardo Reina, como bem diz o autor, se trata de uma literatura brasileira que contém, de diversas maneiras escritas, histórias e arquivos que antes não eram reproduzidos pela imprensa. O autor relatou no livro *Cativeiro sem fim* histórias de bebês, crianças e adolescentes sequestrados pela Ditadura Militar no Brasil, passando por uma longa trajetória de investigação dos casos de filhos de militantes políticos e oponentes do regime militar da época, que foram raptados durante o período civil-militar (MORAES, 2020, p. 2).

Por um longo período, houve a incerteza e a busca por respostas. O autor da obra assume grande trabalho em aprofundar seus estudos, suas pesquisas, seus conhecimentos para revelar e explicar, de forma correta e segura, todas as informações sobre as vítimas e famílias que foram perseguidas e sofreram com o regime militar. (REINA, 2019, p. 35).

O livro mostra ainda que um dos objetivos do sistema de sequestros patrocinados pelos militares era a criação das crianças sob a ótica de uma ideologia contrária à dos pais, militantes que se opunham à ditadura militar. Ao menos seis adolescentes foram levados para quartéis em uma tentativa de cooptação baseada em ações “psicossociais” semelhantes às adotadas em outras ditaduras de países da América do Sul (MORAES, 2020, p. 2).

Buscando compreender o fato de que durante seus estudos e vivência, ouvia-se falar muito em Operação Condor⁴, e de ações de repressão por parte dos militares na América do Sul, e os crimes de sequestros durante os anos de chumbo, na Argentina, Chile, Uruguai e Bolívia. O que mais intrigava o jornalista era o fato de querer saber se no Brasil também houve esse tipo de crime.

Sua busca por essas vítimas se iniciou após ele ter aceitado o convite de um grande amigo, que foi realizar a produção de um livro, no qual ele iria retratar uma história fictícia, mas que contava sobre uma filha de militante que foi sequestrada por opositores.

Esse livro foi escrito pelo autor, com a intenção de causar uma abertura de pensamentos e até mesmo encorajar as pessoas que sabiam ou que até mesmo

⁴ Constituída na década de 1970, essa associação permitiu a repressão aos opositores políticos hostis aos governos militares em vigor, além das fronteiras nacionais, realizada sob completo desprezo pelas normas de regulamentos internacionais que garantiam proteção a refugiados políticos exilados em países estrangeiros (SOUZA, 2011).

presenciaram algum crime daquelas proporções. Após dois meses do lançamento da obra, o jornalista foi procurado por uma leitora, que por coincidência era filha de uma vítima real, a qual foi apropriada pelo motorista do ex-presidente Ernesto Geisel (FIGUEIREDO; SILVA, 2020).

Após esse encontro, Reina deu então início às suas buscas onde fora a fundo, para revelar esses crimes de Estado, e logo todo aquele terror começou a ser descoberto pelo jornalista.

Foi um período bem difícil. Fiz tudo sozinho, arqueei com todos os custos. Várias pessoas negaram a existência desse crime. Outros disseram que eu era louco, que não encontraria nada. A leitura de uma centena e meia de livros escritos por jornalistas, militares, historiadores, acadêmicos me forneceram muitas pistas para conseguir encontrar as histórias de vítimas reais (FIGUEIREDO; SILVA, 2020).

O jornalista Eduardo Reina realizou muitas pesquisas, entrevistas e principalmente investigações, que se tornaram um quesito fundamental para a produção de sua outra obra, *Cativeiro sem fim*, que o autor declara ser um livro reportagem na mais pura concepção do jornalismo investigativo.

Os destaques dessas denúncias contra esses crimes nunca tiveram voz. O jornalista deixa explícito em suas pesquisas e entrevistas de que durante a ditadura o que mais se destacava entre os militares era a eficiência das narrativas utilizadas por eles. Que mantiveram domínio total na guerra de informações, às forças armadas consideravam a manutenção do domínio de informações, imprensa e cultura, tão ou mais importante do que os domínios físicos dos territórios (FIGUEIREDO; SILVA, 2020).

2.3.1 Filhos de camponeses do Araguaia

“Quem vê a placidez do Araguaia, a beleza de suas margens, das suas praias, não pode imaginar tanta violência e tanto sangue derramado. A história é forjada a ferro e a fogo”. Eduardo Reina inicia o capítulo intitulado *Filhos de camponeses do Araguaia*, com a frase do Padre Ricardo Rezende Figueira, que foi jurado de morte no Araguaia, e fez uso da mesma na introdução de seu livro *Posseiros e padres do Araguaia – a justiça do lobo*.

O autor descreve a história dos filhos de camponeses do Araguaia no segundo capítulo de sua obra, e mostra que o objetivo desses sequestros naquela

época era criar as crianças sob a custódia dos militares, para que eles crescessem com uma ideologia contrária a de seus pais biológicos, que era considerada desordem para a sociedade da época.

O jornalista abordou caso a caso das seis vítimas do Estado, e de forma jornalística, contou a história de cada um. Novembro de 1973 e o início de 1974, data que marcou a vida de seis famílias, que tiveram seus filhos levados à força, as vítimas eram José Vieira de Almeida, Antônio José da Silva, José Wilson de Brito Feitosa, José de Ribamar, Osniel Ferreira da Cruz e Sebastião de Santana.

Levados a quartéis em vários estados brasileiros, permaneceram em cárcere, disfarçando suas prisões como prestação de serviços militares. Por volta de um ano essas vítimas realizaram serviços de graça nesses quartéis. Eduardo esclarece que a descoberta dos seis casos de sequestros desses adolescentes foi obra do acaso, pois em suas pesquisas, em todas as obras por ele revisadas, havia sim o conteúdo que abordava a ditadura, porém nenhum deles utilizava o termo de sequestro.

O autor ainda cita as obras por ele pesquisadas, para fundamentação de suas pesquisas, porém ele volta a esclarecer que todas as histórias envolvendo a Ditadura são abordadas muito superficialmente. A partir de todas essas pesquisas, o autor esclarece e faz a citação de cada livro em que encontrou as histórias desses jovens, filhos de camponeses do Araguaia, e por meio dessas buscas foi que ele chegou de fato em algumas vítimas. Uma vítima que Reina transmite sua entrevista no Livro é José Vieira.

Depois de várias semanas de pesquisas, consegui encontrar José Vieira. Ele morava na cidade de Anapu, no meio da floresta Amazônica, no Pará. É a mesma cidade onde foi assassinada a freira norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Mae Stang, em 12 de fevereiro de 2005. Irmã Dorothy fazia trabalho em defesa dos moradores pobres da região. Acabou morta por pistoleiros, a mando de fazendeiros locais (REINA, 2019, p. 46).

Essas entrevistas foram concedidas propriamente a Eduardo, e durante todo o capítulo, é possível compreender cada passo dado pelo autor, para encontrar essas pessoas e para que a verdade fosse relatada da forma correta como era necessária (REINA, 2019, p. 37 a 81).

2.3.2 Lia Cecília

O livro *Cativeiro sem fim* traz um capítulo em específico chamado Lia Cecília, o primeiro caso identificado como sequestro e apropriação de bebês, crianças e adolescentes durante a ditadura no Brasil. Ela é filha do ex-universitário Antônio Teodoro de Castro, que foi assassinado pelas forças militares e até hoje o corpo está desaparecido. Raul, como seus colegas o chamavam, era estudante de farmácia e militava no movimento estudantil também era ligado ao PCdoB, e por perseguição militar, acabou se mudando de cidade.

No mesmo capítulo do livro, é possível observar a citação de informações que o autor traz sobre o caso de Lia, desde o princípio com a morte de seu pai, até a forma com que esses assassinatos supostamente teriam acontecido.

O caso de Lia Cecília é muito emblemático e exemplifica em todas as matizes o crime de sequestros de bebês por agentes da repressão durante a ditadura no Brasil. Por isso pode ser classificado como o caso número 1. O primeiro a aparecer é aquele que contém todos os ingredientes que tipificam o crime de sequestro de bebês na ditadura brasileira (REINA, 2019, p. 158).

2.4 METODOLOGIA DA ANÁLISE DE CONTEÚDO

Segundo a autora Bardin (2011 *apud* SANTOS, 2012, p. 384), a análise do conteúdo tem como função o desvendar crítico. Utilizada em diferentes fontes de dados, como por exemplo: Materiais jornalísticos, discursos políticos, cartas, trabalhos de publicidades, romances e relatórios oficiais. Bardin (2011 *apud* SANTOS, 2012, p. 384) destaca ainda que uma análise de conteúdo não deixa de ser uma análise de significados, que se tornam uma descrição objetiva de um conteúdo extraído das comunicações, com suas respectivas interpretações.

Sua descrição para a análise de conteúdo vem em forma de alguns exemplos que se tornam práticos e compreensíveis, pois ela julga que esse tipo de análise é realizado na prática, como por exemplo: análise de entrevista, análise lexical e sintática de uma amostra e análise temática de um texto.

Bardin inicia seu texto, primeiramente, falando sobre todo o percurso histórico da análise do conteúdo, aplicada inicialmente nos Estados Unidos, utilizada como um instrumento de análise das comunicações. Na primeira parte de sua obra ela estabelece algumas reflexões acerca da análise do conteúdo e a linguística, pois as duas contêm a linguagem como objeto em comum, e suas diferenças são

pontuadas, quando se explica que a linguística é o estudo da língua e seu funcionamento, já a análise do conteúdo procura conhecer o que está por trás do significado das palavras.

A autora também destaca algumas especificidades da análise documental e a análise de conteúdo, pois em seu discurso, ela argumenta que algumas técnicas e procedimentos dessas análises, acabam por se condensar com relação a informações. A interpretação dos resultados é um ponto-chave na análise de conteúdo, sendo de suma importância o cuidado nessas interpretações, que devem ser contextualizadas, levando em consideração o momento social, cultural e histórico em que o conteúdo será produzido. “Um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a discursos (conteúdos e continentes) extremamente diversificados” (BARDIN, 1977, p. 9).

Para Bardin (1977), toda pesquisa que é embasada em uma análise de conteúdo deve partir do princípio de três fases:

Pré-análise: Considerada como a fase da organização, nesta fase deve ser estabelecida a forma que a pesquisa será trabalhada, deve ser realizada de forma precisa e bem definida. Segundo Bardin (1977, p. 97), esse início se reflete como uma leitura “flutuante” que significa o primeiro contato do indivíduo com os documentos que serão analisados, sendo bem escolhidos e observados.

Exploração do material: É a fase central da análise de conteúdo, na qual o pesquisador codifica e categoriza o material. Nesta fase, são realizadas as seguintes atividades:

- Codificação: o pesquisador identifica unidades de significado no material e atribui a elas um código;
- Categorização: o pesquisador agrupa as unidades de significado codificadas em categorias (BARDIN, 1977, p. 101).

Tratamento dos resultados, inferência e interpretação: Essa é a fase final da análise de conteúdo, na qual o pesquisador analisa os resultados da codificação e da categorização. Nesta fase, são realizadas as seguintes atividades.

- Análise dos resultados: o pesquisador analisa os resultados da codificação e da categorização para identificar padrões e tendências.
- Inferência: o pesquisador faz inferências sobre o significado dos resultados.
- Interpretação: o pesquisador interpreta os resultados à luz do seu referencial teórico (BARDIN, 1977, p. 137).

As três fases da análise de conteúdo de Bardin são interdependentes e devem ser realizadas de forma sistemática para garantir a confiabilidade dos resultados. Por fim, a obra sobre a análise de conteúdo de Bardin é uma metodologia valiosa para a pesquisa qualitativa, fornecendo uma estrutura sistemática para a interpretação de dados e a extração de significados, ela contribui para a produção de conhecimento e a compreensão mais aprofundada dos fenômenos estudados, auxiliando na tomada de decisões informadas e embasadas em evidências.

3 JORNALISMO INVESTIGATIVO E DITADURA CIVIL-MILITAR: UMA ANÁLISE DO LIVRO CATIVEIRO SEM FIM, DE EDUARDO REINA

3.1 O SEQUESTRO DE INOCENTES: O CASO DE GIOVANI E JURACY

O problema levantado no capítulo “Giovani e Juracy”, do livro *Cativeiro sem fim*, de Eduardo Reina, é o sequestro e desaparecimento forçado de crianças e adolescentes por agentes da repressão durante a Ditadura militar brasileira (1964-1985).

Reina constrói a narrativa do jornalismo investigativo no capítulo “Giovani e Juracy” de forma a apresentar os fatos com clareza e objetividade, com base em documentos, depoimentos e entrevistas. O autor começa o capítulo apresentando a história de Juracy Bezerra Costa, Giovani, e Antônio Viana da Conceição, que sofreram com ação de sequestros durante a ditadura. Em seguida, ele apresenta evidências que comprovam que esses jovens foram vítimas de agentes da repressão. Por meio de entrevistas, documentos oficiais e imagens das vítimas.

A forma em que o autor aplica o seu modo de investigação no capítulo “Giovani e Juracy” é tratado de várias maneiras, como algumas já citadas acima, ele utiliza documentos oficiais, como relatórios da polícia e do Exército, para comprovar

suas alegações, ele também entrevista testemunhas, familiares e as próprias vítimas, para obter informações detalhadas sobre cada expedição imposta para as capturas.

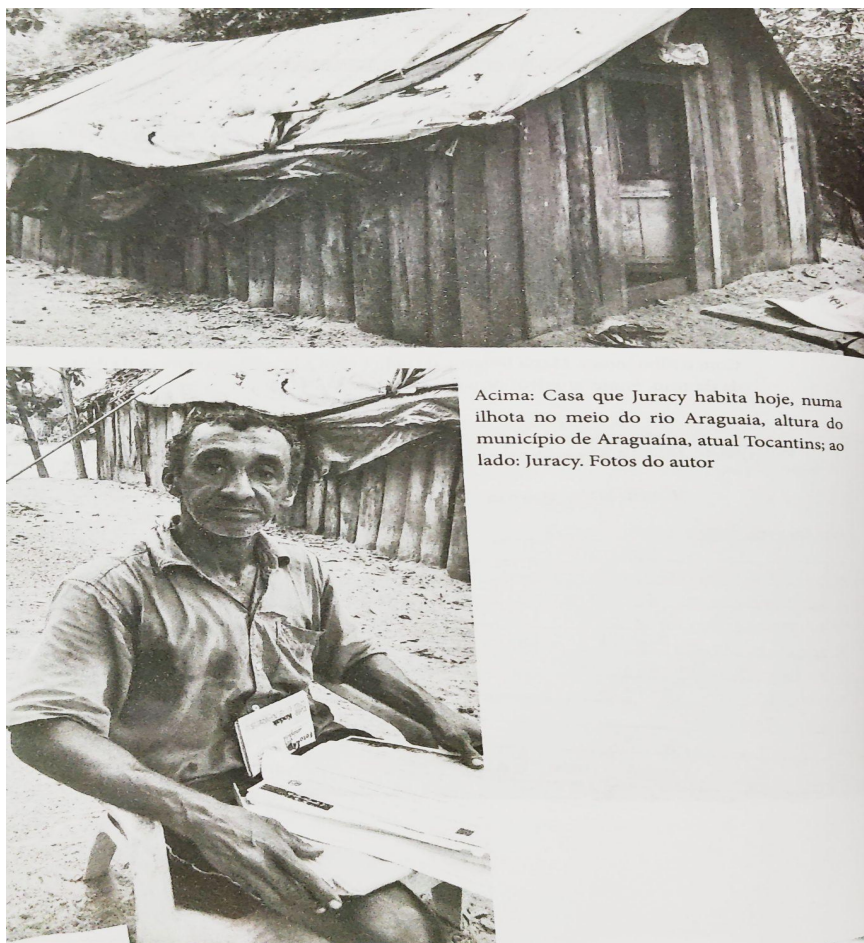
Além disso, ele analisa a trajetória dos militares, para capturar o principal alvo deles, que naquela época se tratava de um militante chamado Osvaldo Orlando da Costa, que era o guerrilheiro mais procurado do Araguaia, e por meio de toda a história de Osvaldo, o jornalista também descreve a forma em que o exército realizou cada operação, até que chegasse aos protagonistas do capítulo, os jovens que foram sequestrados por engano, pelo exército, que acreditavam que seria filho do guerrilheiro, e dessa forma não podia viver onde estava para que não se formasse com os mesmos ideais de seu pai.

O planejamento estratégico também tinha como objetivo acabar com toda e qualquer possibilidade de ressurgimento da guerrilha. Para isso seria necessário capturar também qualquer pessoa que estivesse envolvida ou que tivesse parentesco com os guerrilheiros. Assim surgiu a missão de sequestrar filhos diretos dos guerrilheiros (REINA, 2019, p. 98-99).

Uma cobertura investigativa é composta por materiais com objetividade e que sejam verídicos, isso significa que durante esse processo de busca de materiais, aprimora-se a formulação do “como” no jornalismo investigativo, o diferenciando assim do jornalismo convencional, explica Hunter e Hanson (2013).

Para a realização de um jornalismo investigativo, justo, dentro dos ideais e da conduta de ética que dirigem os jornalistas, conforme capítulo II - Art. 4º do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, o compromisso fundamental e primordial do profissional jornalista é a verdade, respaldada com os relatos de fatos também verídicos, razão pela qual o profissional deve pautar seu trabalho pela precisa apuração e pela sua correta divulgação de informações.

Figura 1 — Juracy e a casa em que reside, próximo ao Rio Araguaia



Acima: Casa que Juracy habita hoje, numa ilha no meio do rio Araguaia, altura do município de Araguaína, atual Tocantins; ao lado: Juracy. Fotos do autor

Fonte: Eduardo Reina (2019).

O jornalista atua com perfeição na busca de comprovação de seus dados, de suas entrevistas, como na imagem acima, demonstrando sua credibilidade e desenvolvimento de uma investigação crucial, pois além de abordar a história de como essas vítimas sofreram durante a repressão, ele também fundamentou sua obra com imagens realizadas por ele mesmo durante suas buscas e viagens.

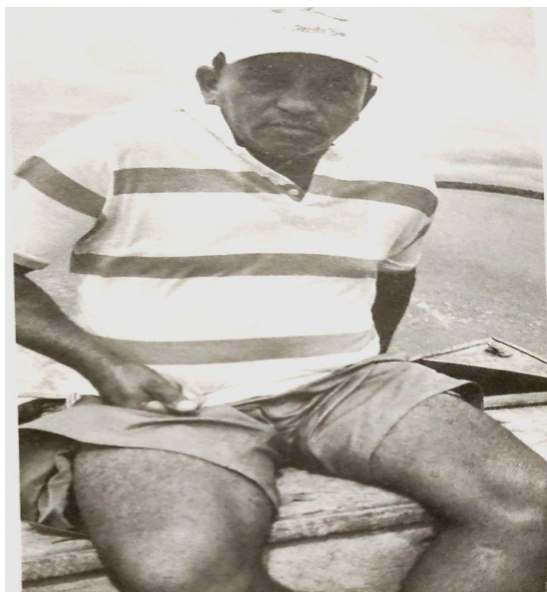
Juracy, quando criança, foi levado por engano pelas forças, e ainda pequeno foi mantido no quartel por conta da solidão que o dominava e a saudade da família, adoeceu, precisando ser tratado em hospital particular. Lá, um tenente do Exército tomou por decisão adotar o pequeno e daí em diante Juracy o viu como um homem bom que poderia lhe dar um futuro melhor. Porém com o passar do tempo ele foi

sofrendo injúrias e desprezo pela genitora do militar Costa, como relata no livro. Juracy acredita que a Dona Antônio era racista. “A mãe não gostou de mim porque eu sou preto”, expressou Juracy, em entrevista concedida.

Juracy queria reencontrar sua família biológica, e por esse motivo decidiu ir embora. Foi onde reencontrou aquele que achava ser seu irmão, Antonio Viana, pois acreditava que seria filho do guerrilheiro Osvaldão. A história desses dois personagens marca muito o capítulo do livro, porque Juracy foi sequestrado por engano, pois acreditavam que ele seria um dos filhos do araguaiano, e Antônio passou pela triste cena de ver sua mãe morta e seus dois irmãos sequestrados, e ele aos seus seis anos teve que cuidar de sua irmã, que tinha apenas 6 meses. Antônio revelou em entrevista concedida ao jornalista, como foi encontrar sua família destruída.

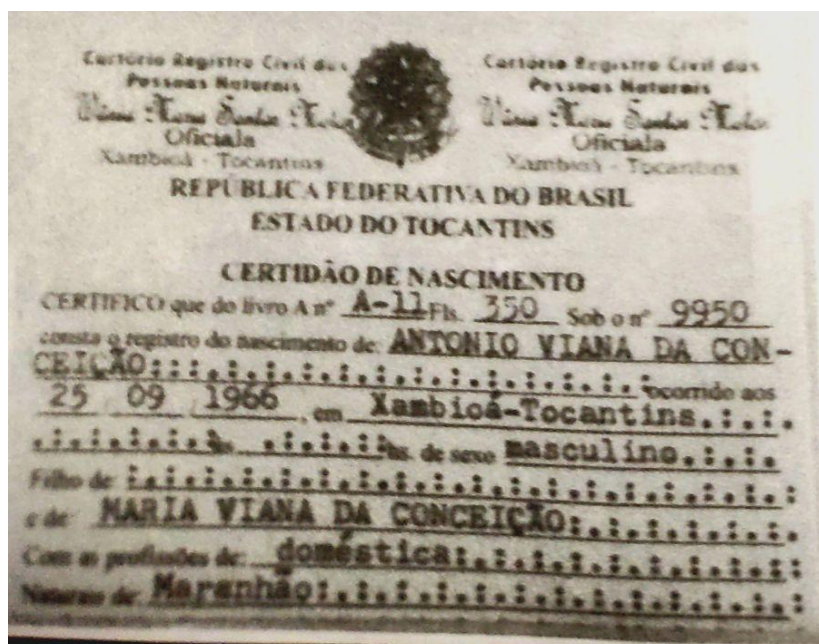
O pessoal do Exército de Xambioá foi até lá, no areião. Na casa só estava minha mãe, o Giovani e a menina que tinha acabado de nascer. Tinha seis meses de idade. Eu estava na rodoviária. A mãe foi morta por eles, não sei dizer se ela não aguentou a pressão deles, não consigo me lembrar como aconteceu. Só sei que cheguei em casa e tinham levado o Giovani e a Tomazona estava morta, deitada lá no canto (REINA, 2019, p. ?).

Figura 2 — Antônio Viana, filho de Maria Viana da Conceição



Fonte: Eduardo Reina (2019).

Figura 3 — Trecho da certidão de Antônio, com o nome de sua mãe



Fonte: Eduardo Reina (2019).

A história dessas pessoas foi interrompida pelo maior erro das forças militares. O exército alega ter sido apenas engano, de acordo com suas certidões de nascimento, Antonio, Juracy e Giovani nasceram com 48 dias de diferença. A criança procurada pelos militares era Giovani, filho de Osvaldo.

Mães com primeiros nomes iguais, semelhantes na aparência: essa era a forma que os militares buscavam por seus “inimigos”, não desenvolviam a procura da forma correta, apenas puniam aqueles que achavam ser seu alvo. Toda essa história envolvendo essas vítimas foi possível ser contada depois de muita pesquisa e entrevistas com os atores principais e pessoas que estão ligadas a eles. “Grande parte do que veio a público consta de arquivo particular de pessoas envolvidas no conflito do Araguaia”, confirma Eduardo Reina.

desaparecimento forçado de crianças e adolescentes durante a Ditadura militar brasileira. Reina fornece evidências contundentes que comprovam que esse crime foi cometido, e sua narrativa é um relato comovente das vítimas e seus familiares.

3.2 O CATIVEIRO DE LIA CECÍLIA: UMA HISTÓRIA DE RESISTÊNCIA E BUSCA PELA VERDADE

Este capítulo do *Livro Cativo sem Fim* conta a história de Lia Cecília da Silva Martins, filha de Antônio Teodoro de Castro, o Raul, guerrilheiro do Araguaia. Foi sequestrada por militares ainda bebê e levada para orfanato em Belém do Pará em 1974. Durante o ano de 1974, a população já tinha acesso aos canais de televisão aberta, entretanto não imaginavam que ações de censura ocorriam em cada novela, propagandas e tramas televisivas, que também atingiam a imprensa da época (REINA, 2019, p. 145).

Com um só objetivo, levar ao povo a sensação de que o governo militar estava ao lado do povo, entretanto, tudo não passava de aparência para mascarar o óbvio, que era a realidade sangrenta, violenta e cruel que se passava em diversos lugares. Reina destaca que a censura foi um dos tripés da tríade em que se mantia a repressão, tortura e censura.

A força armada desenvolvia uma operação de guerra cruel e de extermínio dos militantes políticos que se demonstraram contra ao golpe militar. Chamada Operação Marajoara, que consistiu em três etapas de extermínio nessa região do Araguaia, todas realizadas entre a década de 1960 e 1975, foi a última e mais cruel operação, realizada a mandado da presidência da República, ocupada na época pelo general Emilio Garrastazu Médici, que deu a ordem de exterminar qualquer um que oferecesse resistência, e assim foi feito (REINA, 2019, p. 149 *apud* MORAES, 2020).

Todo o cerco foi planejado, iniciando-se com a infiltração de homens disfarçados de funcionários de empresas, se passaram por agricultores, caçadores entre outros disfarces, após essa infiltração, o segundo passo era descobrir a posição dos guerrilheiros do PCdoB, e junto disso vinha a aproximação com a população para descobrir quem estava ao lado da resistência, e só então haveria a fase de perseguição e extermínio.

Durante esse período houve então o sequestro de uma bebê recém-nascida, cuja mãe era companheira do guerrilheiro Antônio Teodoro de Castro, até hoje

desconhecida. A criança era Lia Cecília da Silva Martins, seu pai já havia sido morto pelo exército entre os anos de 1973 ou 1974, esses sequestros de bebês pela ditadura eram como segredos dentro de segredos, que foram escondidos até hoje, como descreve o jornalista Eduardo.

Durante o decorrer do capítulo, Reina descreve quem foi Antônio Teodoro, mostrando de fato sua história desde sua juventude até o dia de sua morte, que não se sabe ao certo como ocorreu, pois até hoje seus familiares buscam por seus restos mortais.

O caso de Lia Cecília é muito marcante e se considera como o caso número 1 de bebês sequestrados por agentes da repressão. Ela foi levada de sua mãe para o internado em Belém do Pará.

“Fui entregue por dois homens que se apresentaram como autoridades – um como delegado e outro como militar – ao orfanato Lar de Maria, uma instituição espírita no bairro São Brás, em Belém do Pará, em junho de 1974, dizendo que eu havia sido roubada no estado de Goiás e que precisavam deixar a criança na instituição por não terem onde deixá-la. Tinha o corpo cravejado de picadas de mosquito e estava esquelética”, conta Lia Cecília. Entrevista concedida ao autor em 19/1/2017 (REINA, 2019, p. 159).

Lia foi adotada em 1 de julho e essa data ficou como marco de seu nascimento, e seu nome foi escolhido pela irmã adotiva Rosália da Luz. Ela cresceu em uma família com muito amor, relatou em entrevista que sua vida era feliz com eles e melhores pais, ela não podia ter, pois foi amada e ainda era até o dia do relato.

Quando completou a maioridade, ela já sabia que era adotada e já conhecia sua história por seus pais adotivos, então ela passou a buscar mais a fundo sobre sua família biológica. E sua existência foi descoberta pela tia, irmã de Antônio, enquanto ela buscava pelo corpo do irmão, ficou sabendo de sua sobrinha.

A história de Lia Cecília se tornou emblemática entre os casos de bebês e crianças que foram sequestrados pela ditadura no Brasil, pois foi ela própria que descobriu a sua história e que teve a intuição e determinação para reconhecer sua raiz, sem nenhum apoio do governo. Destaca Eduardo Reina.

Essa história, antiga de mais de trinta anos, precisa passar. Mas para isso precisa ser passada a limpo. E parte importante dessa limpeza incumbe às Forças Armadas brasileiras, por causa do problema dos desaparecidos.

Elas continuam em débito com o dever ético de tornar públicos os arquivos e informações que detenham sobre o destino desses adversários mortos. Isso, sim, as reconciliaria de vez com a Nação (OLIVEIRA, 2011, p. 24).

A família Castro e a própria Lia recorreram à Secretaria Nacional de Direitos Humanos para realizar o exame de compatibilidade de DNA, com familiares de 12 guerrilheiras desaparecidas e que estiveram com Antônio Teodoro no Araguaia entre os anos de 1972 e 1974. Essa petição foi assinada pelo ex-presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, Cezar Brito e pela advogada Camila Gomes de Lima, com a intenção de descobrir quem é a mãe biológica de Lia. Porém, esse processo nunca teve retorno (REINA, 2019, p. 169).

O jornalista Eduardo Reina destacou, no caso estudado de Lia, a objetividade nas entrevistas, nos marcos históricos da época. Lia foi tirada de sua família, por crueldade e frieza do governo da época. O autor comprova a história da personagem pelas suas pesquisas, que levaram a revelar o verdadeiro passado de Cecília.

Figura 5 — Caravana dos familiares na região do Araguaia, em busca dos corpos desaparecidos



Fonte: Eduardo Reina (2019).

Por meio de documentos do Exército, pôde ser observado e comprovado que Antônio Teodoro de Castro era alvo dos militares, pois o seu nome está exposto aos outros nomes de participantes da Guerrilha do Araguaia.

Figura 6 — Documento do exército que destacam o nome de Antônio

76

V+
CG C RM RDM
C I E BSB

DE BRASILIA DF NR 1627-NIL-191530P TCL
URGENTE - E/2 - FA. KM
SALVADOR - BA

NR 1627 S 102/CI DE 19 MAIO 73 PT
ANTONIO TEODORO DE CASTRO

DADOS:

FILHO DE : RAIMUNDO DE CASTRO SOBRINHO ET
: BENEDITA PINTO DE CASTRO.

CODINOMES: " TEO " " RAUL " " CEARAN " .
PROF ANT : EST. FARMACIA UFRJ.
O R G : PG DO B/GB .
ENDERECO : CASA DO ESTUDANTE, RUA VISCONDE MARANGUAPÉ 26/031 LAPA/GB
NASCIDO : EM 12/ABRIL/45 - CEARAN.

OUTROS
***** : SEU PAI EM FUNCIONARIO DO MIN SAUDE E RESIDE EM PORTA-
LEZA - CEARAN.

ATIVIDADES:

28 / SET /79 - FAZENDO AGITACAO NA UFRJ, COM (HELIO LUIZ MAGALHAES
NAVARRO " RUI " .
72 - REDE DE APOIO DE GILBERTO THELMO SIDNEY MARQUES: //
" MAURO " QUE O ALICIUOU PARA A A L N.
- ESTAGIOU NA SUSEME.

GILBERTO " MAURO " DECLAROU EM FEV 72 QUE O NOMINADO DEVE TER EN-
TRADO NA CLANDESTINIDADE.
JUL 72 - SEGUNDO JOSE ROBERTO BRON DE LUNA " ZEN " ROBERTO " " CO-
RACAO " " NICOLAU " OS SEGUINTE MILITANTES DO PC DO B. FORAM //
DESLOCADOS PARA KAMBIOAH:
- ANTONIO TEODORO DE CASTRO
- ARLINDO VALADAO " IVAN " .
- LUCIA MARIA DE SOUZA " LUCIA " .
- JOAO CARLOS CAMPOS WINESKI " CLAUDIO " " PAQUETA " .
- ELMO CORREA " FERNADO " .
- HELIO LUIZ MAGALHAES NAVARRO " RUI " .

AGO 72 FOI PARA O CAMPO EM MEADOS 71 ET PERTENCE AO GRUPO DO CASTA-
NHAL DO ALEXANDRE , DO DST " B " COM CODINOME DE " RAUL " .
----- MAJ CINELLI - ADJ CIE -----

TRANS POR --- (TCL) --- EM 19/MAIO/73 1640P
REC POR --- (STM) ---



Fonte: Eduardo Reina (2019).

Figura 7 — Documento do exército que destaca o nome de Antônio

SUBVERSIVOS QUE PARTICIPARAM DA GUERRILHA DO ARAGUAIA				
NR	NOME	CODINOME	SITUAÇÃO	FO
1	ADRIANO FONSECA FILHO	CHICO	Morto - Dez 1973	ACE 72378/74 AC
2	ALFREDO FRANCISCO DE LIMA	ALFREDO	Morto - 13 Out 73	ACE 62812/73
3	ALVÍLIO NUNES FERREIRA	BETO	Morto - 13 Mai 74	PRG-10516/74 e P
4	AMADEU ALVES DE BARROS		Preso em 1974	ACE 72378/74
5	AMAREY DE AZEVEDO SIQUEIRA	AMAREY	Morto em 27 Fev 74	ACE 72378/74 e 74
6	ANDRÉ GRABOIS	ZÉ CARLOS	Morto em 13 Out 73	ACE 68812/73
7	ANGELO ARROIO	JOAQUIM	Morto em 16 Dez 76	INFÃO 7023/116/A
8	ANTÔNIO CARLOS MONTEIRO TEIXEIRA	ANTÔNIO	Morto em 1972	ACE 62812/73
9	ANTÔNIO FERREIRA PINTO	ANTÔNIO	Morto em 30 Abr 74	
10	ANTÔNIO TEBODORO DE CASTRO	RAUL	Morto em 27 fev 74	ACE 72378/74 e AC
11	ANTÔNIO JOSÉ DA SILVA	ANTÔNIO-MINEIRO	Preso em 1974	ACE 72378/74
12	ANTÔNIO GUILHERME RIBEIRO RIBAS	ZÉ FERREIRA	Morto em 19 Dez 73	ACE 72067/74 PRG
13	ANTÔNIO PÁDUA COSTA	PIAUI	Morto em 05 Mar 74	ACE 72067/74 PRG
14	AIRTON HUDSON PYLES		Preso em 1974	ACE 72378/74
15	ARILDO VALADÃO	ARI	Morto em 23 Nov 73	ACE 72067/74 - AC
16	ÁUREA ELISA PEREIRA	ÁUREA	Preso em 30 Abr 74	PRG-9564/74
17	BORGES GURJÃO FARIAS	JORGE	Morto em 03 Jun 72	ACE 45474/72
18	CARLOS ALVES DELAMÔNICA	CAEUZA	Panc. Banco Central	INFÃO 338/79/DSI/
19	CÉLIA SANCHES DE CRISTIE	CRISTINA	Morta em 08 Fev 74	ACE 72067/74 - PR
20	CELOM CUNHA BRUM	SINÃO	Morto em 27 Fev 74	ACE 72067/74 - PR
21	CÍCERO DANIEL	C. TOCADOR	Desertou em 1973	
22	CIRIO FLÁVIO SALAZAR DE OLIVEIRA	FLÁVIO	Morto em 1972	Relação do CBA

Fonte: Eduardo Reina (2019).

3.3 A JORNADA DE ROSÂNGELA: SEGREDOS DA DITADURA E A BUSCA PELA VERDADE

O autor começa esse capítulo, narrando: “Há histórias de famílias que todos querem contar. Mas há muitas histórias que as famílias escondem, que querem esquecer. Algumas envolvem figuras de destaque da história da ditadura do Brasil”. Aplica Reina, 2019. Quando o autor cita esse parágrafo em sua obra, traz a introdução sobre a história de Rosângela, que durante toda sua vida cresceu e viveu em meio aos nomes grandes da Ditadura, sem conhecer ao menos o seu passado.

Na década de 1960, Rosângela Serra Paraná, foi pega ainda bebê e levada para ser criada por uma família de militares, onde viveu aproximadamente 50 anos, acreditando que toda sua história até ali era verdadeira, mesmo vivendo em meio ao desprezo, sendo maltratada, dopada e estando alheia a tudo o que acontecia ao seu lado. No ano de 1981, ela se casou e passou a frequentar a alta sociedade, ao lado de seu marido, que sempre esteve com figuras de destaque, que eram ligadas aos governos militares.

Neste capítulo, o autor descreve toda a história de Rosângela, desde seu nascimento, mesmo incerto com relação ao local, ele aprofundou suas investigações e destacou cada detalhe em sua obra. O caso de Rosângela passou a ser

observado pelo autor, pois através de um romance que produziu no ano de 2016, Stheffanne, a filha de Rosângela, procurou por Eduardo, pois a história de sua mãe era muito parecida com a do livro que Eduardo havia lançado.

E a partir desse momento, elas pediram ajuda ao jornalista, para encontrar a família biológica da vítima da Ditadura, e foi por meio de entrevistas com Rosângela e a sua filha que o autor criou um roteiro com fatos que precisavam ser checados e examinados, começando pelo pai adotivo. Com critérios e cuidado, o autor iniciou suas pesquisas por meio dos dados da certidão de nascimento de Rosângela, que foi onde ele observou o primeiro trabalho que seria desenvolvido nesse caso.

Para chegar até o real objetivo e a informação verídica, houve o processo de buscas em cartórios, em arquivos da biblioteca, em documentos da Ditadura Militar e em repartições públicas do governo estadual e municipal do Rio de Janeiro, cidade onde residia Rosângela. Além de o autor realizar entrevistas, com moradores, vizinhos e outros habitantes do bairro do Flamengo, local de nascimento de Rosângela, segundo sua certidão de nascimento.

Figura 8 — Certidão de nascimento de Rosângela

Oséas Martins
OFICIAL DO REGISTRO CIVIL

Euclydes Pereira Cortez
OFICIAL SUBSTITUTO

CERTIDÃO DE NASCIMENTO

Declara-se que a filia 217, verso do livro n.º 44-33, do registro de nascimento foi lavrado
bajo o assentamento de " ROSÂNGELA SERRA PADAM "

nascida aos 3 de outubro de 1963, às 21 horas e 10 minutos, na casa n.º 160
da Rua Marques de Abrantes, nesta cidade.

do sexo - feminino - de cor - branca - filho de - CARLOS DA SILVA SERRA
BRASIL, brasileiro.

e de - NILDA DA SILVA SERRA, brasileira.

sendo avós paternos - Arys Oscar Paroné e Justina do Paiva Paroné.

e maternos - Isaura da Silva Serra e Aníbal Serra.

Foi declarado - o próprio pai.

e serviram de testemunhas - Paulo Carlos de Oliveira e Alcindo Quintino Ribeiro.

Observações - Registro número, 30.159, feito de acordo com o Decreto 16.146
de 30-7-64.

COTA ÚTIL, 50
TABELA N.º 1, A - O referido é verdade e dou fé.
ATO N.º 1 - LETRA "B"

PRIMEIRO
18º OFICIA
2. Carlos Martins
Tabelão -
Av. São Brás 158
Ed. Av. Central - Subsolo 150

Assinatura do Tabelão
LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA
Palácio de Justiça
Rio de Janeiro - RJ

Assinatura Oficial
Darcy Rosa Silva
servente Assinatura

Fonte: Eduardo Reina (2019).

Acima, a certidão de nascimento feita pelo pai adotivo de Rosângela no cartório do Catete no Rio de Janeiro, onde a primeira evidência do crime de apropriação de bebê apareceu. O endereço em que supostamente a vítima teria nascido é irregular, pois conforme levantamento feito em cartório de imóveis, não estava sendo habitado pelos Serra Paraná em 1963.

O imóvel localizado no número 160 da Rua Marquês de Abrantes, endereço que consta na certidão de nascimento de Rosângela, passou por diversas modificações ao longo dos anos. A rua em que ele existia foi palco de crimes, que envolviam a alta classe do bairro, e que marcou a sociedade carioca entre 1958 e 1960. Hoje não existe mais, em seu lugar foi construído um imenso edifício, porém o imóvel pertenceu a muitas pessoas, proprietárias e moradores, que viveram muitas histórias ali, porém nenhuma relacionada diretamente com a Rosângela Serra Paraná ou a família Serra Paraná.

Outros passos dados pelo Reina, para desdobrar a investigação, foi fazer a ligação entre os endereços que residiam as duas testemunhas que assinaram a certidão da bebê naquela época e todas essas descobertas, deixando a pergunta sobre todo o conteúdo da certidão de nascimento. Nesse caso, entrou o trabalho de advogados criminalistas e especialistas em direito da família, e são unânimes em dizer que o documento é irregular, falso, além disso, encarreira para outro crime, o de falsificação ideológica de documento público.

Um integrante da família Serra Paraná, que reside na Europa, relatou toda a saga militar da família, conta a história de Arcy, pai de Odyr, o pai adotivo de Rosângela, e ainda confirma que nunca será descoberto o segredo da família Serra Paraná, alegando que estão todos tranquilos, pois os responsáveis pela irregular apropriação da bebê sequestrada já não estão mais vivos.

Rosângela deveria dar-te por feliz pois teve pais amorosos, bastante liberais segundo me lembro, e o que a biologia rege nesse caso reio pouco me importar, sobre, tudo, devo acreditar, para você e sua pesquisa... [Qualquer investigação] não dará em nada pois estão defuntos todos que sabia esse segredo (REINA, 2019, p. 237).

Rosângela ainda conta que seu pai trabalhou por muitos anos em diversos empregos, trabalhou por sete anos como motorista, coincidindo com o trabalho desempenhado em vários órgãos do governo federal, prestando ainda serviços particulares ao general Ernesto Geisel. Após alguns anos, passou a atuar como

motorista oficial e passou para cargo no setor administrativo, um dos serviços realizados por ele era prestação de serviços para Geisel.

Figura 9 — Crachá de identificação de Odyr (pai adotivo de Rosângela), ano em que trabalhava diretamente com Ernesto Geisel



Fonte: Eduardo Reina (2019).

Vítimas da ditadura carregam história e lembranças que jamais serão esquecidas, que as marcaram para sempre em suas memórias, por não terem sequer uma resposta, uma ajuda ou um apoio do governo.

Minha tia Odilma disse que fui retirada [da minha mãe biológica] e que o pai dela [Arcy, pai de Odyr], junto do irmão dele [o general Manoel Hemetério] tomaram todas as providências para jamais ser descoberta a verdade. Hoje vivo na angústia de não saber quem eu sou, quantos anos tenho, e sequer saber quem foram ou quem são meus pais, todos se negam terminantemente a falar sobre esse assunto. Só desejo saber quem sou e onde está minha família, acredito que esse direito eu tenho, depois de sofrer tantas humilhações. Só desejo a justiça. (REINA, 2019, p. 250).

Relatou Rosângela Serra Paraná em entrevista concedida para o jornalista.

Figura 10 — Rosângela pequena, quando chegou na casa de seus pais adotivos



Fonte: Eduardo Reina (2019).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa desenvolvida percorreu os passos que o jornalista Eduardo Reina precisou realizar na procura das histórias que deram vida à sua obra, *Cativeiro sem fim*, nela o autor apresenta 19 casos de sequestros de crianças e bebês, que foram cometidos durante o período de Ditadura Militar no Brasil, com a gestão dos generais presidentes Emílio Garrastazu Médici e Ernesto Geisel.

No livro, o autor descreve que essas vítimas eram filhos de militantes ou de camponeses que aderiram ao movimento do Araguaia. Na obra, pode ser observado também que os sequestros daquelas crianças tinha como objetivo que fossem criadas sob uma ideologia contrária à dos pais. Eduardo Reina trouxe a

potencialidade para seu livro, realizando uma prática eficiente e completa de jornalismo investigativo, por meio da recolha de entrevistas, documentação e criação de narrativas.

Os três casos que foram analisados no trabalho fizeram parte de um contexto histórico que marcou a vida de pessoas, que nos dias de hoje, buscam um apoio para encontrar suas verdadeiras raízes. Essas pessoas foram destituídas de suas famílias, ou por erro dos militares da época, ou porque eram filhos de araguaianos que protestavam contra o regime. *Cativeiro sem fim* revela uma das tantas faces da Ditadura Militar brasileira que permanecem obscurecidas.

Cativeiro sem fim se destacou como uma obra que ilustra a profundidade das pesquisas do autor sobre sua abordagem investigativa dos sequestros durante a ditadura, desempenhando também um papel crucial no contexto acadêmico e trazendo à tona uma parte que se considerava obscura da história brasileira, comprovando como o jornalismo investigativo pode servir como um veículo poderoso para a preservação da memória histórica.

A metodologia utilizada no trabalho foi a análise de conteúdo com base na análise feita por Laurence Bardin. Por meio disso, foi possível fornecer uma estrutura sólida para a análise das informações jornalísticas e documentos relevantes. Este estudo ressalta a importância do jornalismo investigativo na sociedade, destacando como ele pode esclarecer eventos históricos complexos, como a Ditadura Civil-Militar no Brasil. Dessa forma, exemplificando e fortificando o compromisso do jornalismo.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1977.

CÓDIGO de Ética dos Jornalistas Brasileiros. **Sindicato dos Jornalistas no Ceará — Sindjorce**, 4 ago. 2007. Disponível em: <https://www.sindjorce.org.br/codigo-de-etica-dos-jornalistas-brasileiros/>. Acesso em: 15 out. 2023.

DALMUTH, C. A.; KLEIN, O. J. O Jornalismo Investigativo como ferramenta para a construção de memórias sobre Milton Soares de Castro. *In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUL*, 20., 2019, Porto Alegre. **Anais[...]**. Porto Alegre: Centro Universitário Ritter dos Reis (UniRitter), 2019. p. 14-25.

DREYFUSS, Renê Armand. **1964: a conquista do Estado ação, política, poder e golpe de classe**. Rio de Janeiro, Petrópolis: Editora Vozes, 1981.

FIGUEIREDO, C. A. S.; SILVA, L. H. O. Contra O Silêncio do Cativo: entrevista com o escritor e jornalista Eduardo Reina. **EntreLetras, Araguaína (TO)**, v. 11, n. 1, p. 452-461, 2020. DOI: 10.20873/uft.2179-3948.2020v11n1p452. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/entreletras/article/view/8985>. Acesso em: 29 set. 2023.

FORTES, Leandro. **Jornalismo investigativo**. São Paulo: Contexto, 2005.

FREGONEZI, R. M. C.; PRIORI, A. A ditadura militar no Brasil: golpe, repressão e tortura. *In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA UEM*, 3.; SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DA UEM, 1., 2008, Maringá. **Anais [...]**. Maringá: Universidade Estadual de Maringá (UEM), 2008.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2006.

HUNTER, Mark Lee. **A investigação a partir de histórias: um manual para jornalistas investigativos**. Paris, França: Unesco, 2013.

HUNTER, Mark Lee; HANSON, Nils. O que é o jornalismo investigativo? *In: HUNTER, Mark Lee (Org.). A investigação a partir de histórias — Um manual para jornalistas investigativos*. Montevideu (Uruguai): Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), 2013. p. 7-12. Disponível em: <https://encurtador.com.br/ktLW3>. Acesso em: 15 set. 2023.

HUNTER, Mark Lee; SENGHER, Luuk; THORSEN, Pia. O uso de hipóteses: o cerne do método investigativo. *In: HUNTER, Mark Lee (Org.). A investigação a partir de histórias — Um manual para jornalistas investigativos*. Montevideu (Uruguai): Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), 2013. p. 13-27. Disponível em: <https://encurtador.com.br/ktLW3>. Acesso em: 15 set. 2023.

MENDES, R. M.; MISKULIN, R. G. S. Análise de conteúdo como uma metodologia. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 14-25, jan. 2023.

MORAES, Rodrigo Simon. Eduardo Reina: Cativo sem fim. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, Brasília, n. 60, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/elbc/a/z58yT3T8qXPZsK6Qv5RHdLH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 set. 2023.

OLIVEIRA, L. Ditadura militar, tortura e história: a “vitória simbólica” dos vencidos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 30, n. 91, p. 1-22, 2015.

REINA, Eduardo. **Cativeiro sem fim**: as histórias dos bebês, crianças e adolescentes sequestrados pela ditadura militar no Brasil. São Paulo: Alameda, 2019.

RICHETER, D.; FARIAS, T. S.. Ditadura Militar no Brasil: dos instrumentos jurídicos ditatoriais para a democracia outorgada. **Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica**, v. 11, n. 3, p. 381-405, 2019.

SANTOS, F. M. Análise de conteúdo: a visão de Laurence Bardin. **Revista Eletrônica de Educação**. São Carlos, SP: UFSCar, v. 6, n. 1, p. 383-387, mai. 2012. Disponível em: <https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/291/156>. Acesso em: 30 set. 2023.

TOLEDO, C. N. 1964: O golpe contra as reformas e a democracia. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 13-28, 2004.